

43° ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS

SPG 14: GÊNERO, FEMINISMOS E POLÍTICA

TÍTULO: DO CHACHAWARMI À DESPATRIARCALIZAÇÃO: PARIDADE DE
GÊNERO COMO HORIZONTE DE SENTIDOS MÓVEIS NA BOLÍVIA

ANANDA WINTER

Do Chachawarmi à Despatriarcalização do Estado: Paridade de Gênero como horizonte de sentidos móveis na Bolívia.

Ananda Winter

Agência de Fomento: CAPES

Este artigo é resultado de uma pesquisa desenvolvida como dissertação de mestrado na qual investigo os caminhos que conduziram à aprovação de leis de paridade de gênero na Bolívia e como a própria paridade foi adquirindo um sentido de caminho, tendo em vista que compõem o cenário de incorporação da paridade de gênero a busca e o anseio por construir uma nova democracia no país. A adoção de leis de paridade de gênero na Bolívia carrega consigo especificidades ligadas ao processo de transformação vivido pelo país na primeira década do século XXI que culminou no estabelecimento de uma Assembleia Constituinte em 2006 e na promulgação da nova Constituição do Estado em 2009. Por isso, pensar nas estratégias adotadas para a construção da institucionalidade e mesmo dos sentidos da paridade de gênero na Bolívia requer um olhar que abranja as diferentes entradas pelas quais operaram os elementos fundamentais deste contexto.

Tendo em vista que realizei uma exposição detalhada das definições atribuídas à paridade de gênero em outros espaços, neste artigo foco na sua construção institucional. Contudo, não considero possível desconectar os passos dados para a institucionalização da paridade de gênero dos sentidos atribuídos a ela pelas agentes políticas que se tornaram suas principais proponentes. Visto que estes sentidos refletem a conjuntura particular do país, eles estão presentes em todo este artigo, mesmo que sem uma seção dedicada exclusivamente aos mesmos. Dedico a primeira parte deste artigo a uma retomada da conjuntura política da Bolívia pré-constituinte, levando em consideração o aparecimento das primeiras políticas de cotas e de paridade que acontecia paralelamente ao avanço da agenda neoliberal.

Em seguida, alcanço o período constituinte e procuro perpassar as dinâmicas estabelecidas neste período por organizações indígenas, originárias e campesinas, mistas e só de mulheres, e também por mulheres feministas que atuavam através de partidos políticos e de organizações da sociedade civil. Aqui são explorados também os avanços institucionais da paridade de gênero entre o período constituinte e a aprovação da lei de

regime eleitoral de 2011. Por fim, perpasso algumas contradições e pontos de encontro que se estabelecem entre descolonização, despatriarcalização, *suma qamaña* e *chachawarmi*.

Para esta pesquisa, coletei dados qualitativos através de entrevistas semiestruturadas e de uma pesquisa documental que incluiu documentos produzidos por ONGs e movimentos sociais e documentos oficiais que registram as alterações do sistema eleitoral boliviano desde 1997. Foram entrevistadas agentes que participaram de pelo menos um dos três momentos a seguir: aprovação da lei de cotas em 1997, Assembleia Constituinte e aprovação das leis do regime eleitoral de 2009 e 2010. Realizei quinze entrevistas¹ com agentes que atuaram nos referidos processos através de diferentes esferas: partidos políticos, movimentos sociais, ONGs ou Parlamento.

1. Caminhos para a Assembleia Constituinte

A Assembleia Constituinte é o símbolo máximo da transformação e da reconfiguração do Estado que marcam o começo do século XXI na Bolívia. A Bolívia Plurinacional que surge no horizonte da Constituição de 2009, é fundamentalmente oposta a tudo que é associado ao neoliberalismo e ao imperialismo precedentes. Como conta Roxana Zaconeta², a Assembleia Constituinte é resultado de revoluções truncadas e lutas inconclusas; é uma conquista dos movimentos populares que coube a Evo Morales articular. Incidiram de forma expressiva na nova Constituição dois eixos de atuação que Adolfo Mendoza³ chamou de duas *entradas subalternas*; de um lado o *Pacto de Unidad*, em uma entrada indígena e campesina, de outro, partindo de uma perspectiva de gênero, o *Movimiento Mujeres Presentes en la Historia*.

Antes de entrar nas formas de articulação e ação dos atores políticos nestes eixos, vale entender quem eles eram e como chegaram à Assembleia Constituinte em 2006.

¹ As entrevistas foram realizadas com atores importantes dos referidos processos a partir do mapeamento inicial realizado com Rosario Ricaldi, eleita para a Assembleia Constituinte pelo MAS-IPSP (*Movimiento al Socialismo - Instrumento Político pela Soberanía de los*) e hoje responsável de incidência política da ONG *Coordinadora de la Mujer*.

² Roxana Zaconeta, atuou junto com o movimento feminista durante a Assembleia Constituinte, por meio do Foro Político de Mujeres e da Coordinadora de la Mujer. Hoje, trabalha como técnica da *Confederación Nacional de Mujeres Campesinas Indígenas Originarias de Bolivia - Bartolina Sisa*.

³ Adolfo Mendoza, entrevistado para este estudo, foi técnico no *Pacto de Unidad* durante a Assembleia Constituinte, eleito senador em 2010 e hoje é consultor do IDEA Internacional.

Para isso, é importante visualizar que a década de 1990 e o começo dos anos 2000 são marcados por dois movimentos paralelos. Enquanto se fortaleciam os movimentos camponeses, indígenas e originários com reivindicações por território e reconhecimento de suas nacionalidades⁴, contrários à privatização de recursos naturais, também se organizavam mulheres parlamentares, integrantes da elite política boliviana, principalmente, em torno da participação política de mulheres e do combate à violência de gênero.

É neste contexto que, em 1999, foi fundado por Evo Morales o MAS-IPSP (*Instrumento Político para la Soberanía de los Pueblos – Movimiento al Socialismo*), que teve um rápido crescimento. Integrado pela *Federación Única de Trabajadores Campesinos de Cochabamba* e pelas federações cocaleiras (Van Cott, 2008, p. 53), o partido elegeu nas eleições municipais de 1999, 4,7% dos conselheiros municipais (Van Cott, 2008). Nas eleições nacionais de 2002, ele cresceu ainda mais, beneficiando-se da crise dos partidos políticos tradicionais e da insatisfação com o regime democrático (Van Cott, 2008) expressa sobretudo através do que ficou conhecido como guerra da água.

Quando, em 1999, o então presidente Hugo Banzer anunciou a privatização da água de Cochabamba, o que levou ao aumento em 200% das contas de água, estouraram mobilizações que reuniam diferentes setores da sociedade (Perreault, 2006). Os protestos foram marcados pelo envio de tropas militares às ruas de Cochabamba, muitas prisões, uma morte e, por fim, pelo recuo do governo no contrato de concessão (Perreault, 2006). Seguindo Clayton Mendonça Cunha Filho (2011) surge, neste momento, uma agenda política alternativa que se mantém viva nos conflitos que marcam os anos seguintes. Em 2003, o governo seguinte, de Sánchez de Lozada, é marcado por confrontos em torno de um imposto de renda que terminam com trinta mortos no centro de La Paz (Romero Salvador, 2004). No mesmo ano, eclodem os conflitos conhecidos como Guerra do Gás, impulsionados pela exportação do gás natural por portos chilenos, que garantiria altos lucros para as transnacionais envolvidas e um baixo retorno para a Bolívia (Perreault, 2006). Os conflitos tomaram as ruas de La Paz e se espalharam pelas cidades do país;

⁴ Importante lembrar que era aqui que estavam inseridas as mulheres indígenas, camponesas e originárias neste momento.

depois de dezenas de mortes de civis e militares, Sánchez de Lozada renuncia e foge do país.

Em 2003, chegamos à porta do palácio. Podíamos entrar. Mas, obviamente, não havia um líder que aglutinasse esta força, não sei, porque qualquer um podia entrar e sentar-se na cadeira [...] Porque foi terrível a questão de 2003, terrível. Mas o Evo não estava, estava em Genebra e, então, se negociou e por isso Carlos Mesa foi presidente. Mas, neste momento, neste encontro, surge o tema da Assembleia Constituinte [...] e aí é onde acontece o encontro entre o movimento de mulheres e Bartolina Sisa⁵, para o tema da Assembleia Constituinte. (Entrevista com Roxana Zaconeta⁶, realizada em 14, jul. 2018, tradução da autora).

Carlos Mesa renunciou em 2005 diante dos novos protestos que defendiam a nacionalização de hidrocarbonetos. Coube ao presidente da Corte Suprema assumir a presidência para a convocação de eleições antecipadas ainda no mesmo ano (Cunha Filho, 2011). Vale pontuar que em meio a este período de crise do sistema partidário e da própria democracia representativa, foi aprovada, a Lei 018 de 2004 que permitiu a inscrição de candidaturas de agrupações cidadãs e de povos indígenas. Assim, as eleições municipais de 2004, as primeiras depois da crise de 2003, foram palco da multiplicação de atores e de forças políticas; somados, eram 415 partidos e agrupações⁷.

Os resultados das eleições municipais de 2004 e da eleição presidencial convocada em 2005, que deu a vitória a Evo Morales e ao MAS-IPSP, indicam como o partido soube conciliar a agenda dos novos atores políticos que transitavam entre o indigenismo e a esquerda trabalhista (Cunha Filho, 2011). Se em 1999 os três partidos mais expressivos do país⁸ somaram 49% dos votos, em 2004 eles marcaram 15%, ao passo que o MAS sozinho obteve 17% dos votos. Além disso, a multiplicação de atores em forma de partidos e agrupações cidadãs e de povos indígenas refletiu a falta de confiança nos partidos políticos e a crise da democracia representativa pela qual passava o país.

⁵ Organização de mulheres bolivianas campesinas, indígenas e originárias.

⁶ Roxana Zaconeta, em suas palavras uma militante feminista radical do processo de transformação, era parte do *Foro Político de Mujeres*, durante a Assembleia Constituinte, que atuava em conjunto com a *Coordinadora de la Mujer*. Hoje ela trabalha como técnica voluntária da *Confederación Nacional de Mujeres Campesinas Indígenas Originarias de Bolivia - Bartolina Sisa*.

⁷ OEP PNUD. (Estado Plurinacional de Bolivia). **Atlas Electoral de Bolivia tomo III: Elecciones Municipales 1985 - 2010**. 1. ed. [S.l.: s.n.]. 269 p. v. 3. Disponível em: <https://www.oep.org.bo/wp-content/uploads/2017/03/Atlas_Electoral_tomo-III_Cap_II.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2018.

⁸ ADN - Acción Democrática Nacionalista; MNR - Movimiento Nacional Revolucionario e MIR - Movimiento de Izquierda Revolucionaria.

O trecho da entrevista com Roxana Zaconeta, anteriormente citado, revela mais sobre as consequências deste período. Para ela, os acontecimentos de 2003 e o fortalecimento de reivindicações por uma nova Constituição do Estado marcaram o ponto definitivo para o encontro de mulheres urbanas, feministas, indígenas, originárias e camponesas em torno da construção de uma agenda política que conjugasse a descolonização e a despatriarcalização do Estado. Dirijo-me, aqui, a quem eram estas mulheres que se encontraram no cenário da Constituinte e como elas chegaram até este momento.

1.1 O movimento feminista institucional na década de 1990

Acompanhando o contexto internacional marcado, principalmente, pela IV Conferência Mundial Sobre a Mulher da ONU que aconteceu em Beijing em 1995, na década de 1990 a Bolívia deu os primeiros passos para o estabelecimento de pontes interpartidárias entre mulheres para o avanço de políticas que visavam o aumento da presença feminina na política formal. Neste período surgiram no país ONGs feministas⁹ e instituições estatais focadas em questões de gênero. Embora no caso da Bolívia, o protagonismo no avanço de pautas específicas de gênero, durante a década de 1990, pareça ser mais identificado com a união entre mulheres parlamentares e da sociedade civil no que foi chamado *Foro Político de Mujeres*, ONGs feministas estiveram envolvidas tanto na elaboração da reforma da lei eleitoral que estabeleceu cotas de candidatura, quanto na aprovação da lei de violência familiar ou doméstica (Aillón, 2015).

Cabe considerar que estas mudanças que antecederam o período constituinte se deram em um momento profundamente ligado às políticas neoliberais, o que levou a uma posterior resistência entre mulheres indígenas, camponesas e originárias em articularem-se junto com organizações de mulheres feministas e urbanas. Conforme Alvarez (1999), em certa medida as ONGs feministas serviram aos governos neoliberais, garantindo-lhes uma *expertise* de gênero para projetos específicos, em um contexto em que a competência estatal em assuntos de gênero não se ampliou. Diante disto, em muitos países da região surgiram linhas divisórias claras no movimento feminista, separando-o

⁹ Como, por exemplo, a criação da ONG *Coordinadora de la Mujer*, em 1984, que adquire bastante importância mais tarde no processo de transformação do país e que até hoje centraliza e articula diferentes movimentos de mulheres.

entre feministas institucionalizadas e autônomas; as segundas acusando as primeiras de terem se vendido ao Estado neoliberal (Alvarez, 1999). É o caso do grupo de feministas autônomas bolivianas de inspiração anarquista *Mujeres Creando*, que surge na década de 1990.

O processo gerado pela ONU que atribuiu nova legitimidade às pautas feministas locais foi mediado pelas feministas institucionalizadas de ONGs e também dos órgãos estatais recém-criados com foco de gênero e levou ativistas a forjarem novas coalizões em nível local, regional e nacional (Alvarez, 1999). Nas entrevistas que realizei, os momentos pré e pós Conferência de Beijing foram destacados por mulheres parlamentares durante a década de 1990 como fundamentais para a conformação de espaços coletivos de contestação e para a consolidação de uma coalizão plural de mulheres. Todavia, por *coalizão plural de mulheres* compreendia-se a união entre as mulheres de partidos diversos, essas mulheres ainda eram integrantes da elite política boliviana, urbanas, com alta escolarização e de classe média.

No ano seguinte à IV Conferência Mundial sobre a Mulher em Beijing, formou-se o *Foro de Mujeres Políticas* que reunia mulheres militantes dos partidos mais expressivos naquele momento¹⁰. Em pouco tempo, ele passou a se chamar *Foro Político de Mujeres*, buscando a inclusão das mulheres da sociedade civil. Uma das suas primeiras vitórias foi a inserção de cotas de candidaturas para mulheres na lei de regime eleitoral de 1997. Porém, junto com a aprovação das cotas foi introduzido um sistema eleitoral misto. Assim, foi substituído o padrão que se manteve até 1993 de dois tipos de circunscrições, uma nacional, que elegia presidente e vice-presidente, e nove departamentais, que elegiam deputados/as e senadores/as. Os departamentos bolivianos elegiam deputados/as com voto proporcional em listas fechadas e três senadores/as através de um sistema de lista incompleta e simples maioria de votos; eram apresentados/as dois/duas candidatos/as por lista, a lista mais votada preenchia duas cadeiras e a terceira seria do primeiro candidato da lista que com a segunda maioria (Delgado, 1999).

A partir de 1997, passaram a ser três tipos de circunscrições: uma nacional, para a eleição de presidente e vice-presidente, nove departamentais e sessenta e oito

¹⁰ MIR, ADN, MNR e CONDEPA.

uninominais. Conforme o Art. 4 da Lei 1704 de 1996, continuaram sendo eleitos/as três senadores/as por circunscrição departamental, pelo mesmo sistema de lista incompleta e maioria simples. Já para os 130 assentos na Câmara baixa, o território nacional foi dividido em 68 circunscrições eleitorais para a eleição por maioria simples de deputados/as uninominais; os demais assentos (62) continuaram sendo preenchidos por deputados/as plurinominais eleitos/as nas circunscrições departamentais pelo voto proporcional em listas fechadas. Assim, as cotas foram aprovadas ao mesmo tempo em que dos 130 deputados eleitos no país, 68 passaram a se eleger por maioria simples em circunscrições uninominais, e 62 por voto proporcional em listas fechadas em circunscrições plurinominais (Albaine, 2009).

Tendo em vista que a Lei 1779, que instituiu a reserva de 30% de candidaturas femininas nas listas partidárias, uma mulher a cada três candidatos, aplicava-se apenas às candidaturas plurinominais, o mínimo de 30% se aplicou a menos da metade das candidaturas à Câmara baixa. O novo sistema eleitoral misto boliviano foi relacionado tanto por Monica Novillo, como por Erika Brockmann e Rosario Paz, aos resultados ruins das cotas de candidaturas. A resistência à incorporação de medidas efetivas para a eleição de mulheres em circunscrições uninominais vai ao encontro da literatura de sistemas eleitorais e participação feminina, que considera mais difícil a aplicação de cotas em circunscrições de voto majoritário dada a objeção dos partidos em recrutar mulheres onde há apenas uma vaga em disputa (Norris, 2004).

É difícil estabelecer uma comparação no que diz respeito à eleição de deputados nacionais antes e depois das cotas, já que houve uma mudança de sistema. Mesmo assim, vale notar que nas eleições de 1997, apesar dos 30% de reserva, o percentual de deputadas plurinacionais eleitas como titulares correspondeu a 17,74% (Albaine, 2009); isso se explica também pelo fato de a lei não especificar que os 30% deveriam corresponder a posições titulares e não suplentes. Com a Lei 2282 de 2000, as cotas de candidaturas se expandiram para a eleição de senadores/as: um de cada quatro candidatos/as departamentais (titulares e suplentes) deveria ser mulher; com isso, o percentual de senadoras passou de 3,7% em 1997 para 14,81% em 2002 (Albaine, 2009).

Quatro anos depois, a Lei de Agrupações Cidadãs e Povos Indígenas foi aprovada e com ela a primeira normativa postulando 50% de candidaturas femininas. Para as listas

de partidos políticos, permaneceram os 30% de cotas de candidaturas. Em entrevista, Erika Brockmann, senadora durante a aprovação da lei de cotas de 1997 e deputada quando aprovada a lei de agrupações cidadãs pelo MIR (*Movimiento de Izquierda Revolucionaria*), conta que neste momento ainda não eram feitas referências à paridade enquanto conceito. É interessante notar que, conforme ressaltado por Erika Brockmann em entrevista, a primeira aprovação do percentual paritário coincide com as primeiras narrativas que vinculam a participação política de mulheres ao conceito de *chachawarmi*, que parece ser fortalecido na medida em que ganham peso atores e visões indígenas no novo cenário boliviano, que culmina na Assembleia Constituinte.

Ao falar sobre estes progressos da participação política das mulheres, Erika Brockmann explica o paradoxo deste momento: o avanço das mulheres ao mesmo tempo em que os partidos políticos colapsavam. Diante desta decadência dos partidos tradicionais bolivianos, o *Foro Político de Mujeres* tal como existia se rompeu¹¹, já que as mulheres eram elas mesmas integrantes dos partidos políticos em decadência. Cabe ponderar que apesar de ser mobilizada aqui a evolução da participação política das mulheres da década de 1990, estas mulheres, tanto as eleitas quanto aquelas envolvidas na elaboração dos projetos, ainda faziam parte de um pequeno grupo de mulheres urbanas.

1.2 As mulheres campesinas, indígenas e originárias

Em 1980 foi fundada a *Federación Nacional de Mujeres Campesinas de Bolivia - Bartolina Sisa*, braço feminino da *Confederación Sindical Única de los Trabajadores Campesinos de Bolivia* (CSUTCB), criado diante da necessidade de um espaço para a melhor organização e expressão das mulheres que a integravam (Franco Pinto, 2017). Nos anos 2000, em parte como resultado do período de transformação vivido pela Bolívia, a organização se expandiu, tornando-se a *Confederación Nacional de Mujeres Campesinas, Indígenas e Originarias de Bolivia - Bartolina Sisa*¹² (CNMCIQB-BS).

¹¹ Erika Brockmann relata o rompimento do *Foro Político de Mujeres*.

¹² A mudança de nome, para além da mudança de status e tamanho da organização, reflete o período vivido pela Bolívia de afirmação das identidades nativas e da sua plurinacionalidade. Pouco antes da Assembleia Constituinte, quando os grupos indígenas se reúnem no que ficou conhecido como Pacto de Unidad o nome “indígena” é colocado em questão, dado a sua origem na colonização europeia. Diante disto, a CSUTCB opta por *campesino*, a CIDOB mantém *indígena* e o CONAMAQ escolhe *originario*. (Franco Pinto, 2017).

[...] temos que dar o lugar às irmãs Bartolinas, das organizações sociais de mulheres com representação de mulheres indígenas, campesinas e originárias, a primeira no país é as Bartolinas, que se funda na década de 80. Nasceram as Bartolinas, produto da luta contra a ditadura e produto da aliança com as mulheres mineiras. (Entrevista com Roxana Zaconeta, realizada em 14, jul. 2018, tradução da autora).

As Bartolinas foram a primeira organização de mulheres indígenas da Bolívia. Em entrevista, Roxana Zaconeta enfatiza a necessidade de reconhecer o pioneirismo das Bartolinas frente às novas confederações e federações de mulheres indígenas. De fato, a partir dos anos 2000, apareceram novos grupos de mulheres, paralelos às organizações mistas. Entre elas, a *Confederación Sindical de Mujeres Interculturales de Bolivia* (CSMIB), ligada a *Confederación Sindical de Comunidades Interculturales Originarios de Bolivia* (CSCIOB); e a *Confederación Nacional de Mujeres Indígenas de Bolivia* (CNAMIB), paralela à *Confederación de Indígenas del Oriente, Chaco y Amazonía de Bolivia* (CIDOB) (Rousseau; Morales Hudon, 2017).

Considerando que, além do seu pioneirismo, as Bartolinas também assumem um importante papel no processo de transformação da Bolívia devido a sua proximidade com o MAS-IPSP e com Evo Morales, dedico mais atenção a elas. De toda forma, é interessante atentar para as dinâmicas que levam ao surgimento de novas organizações de mulheres no país. Nesse sentido, as confederações mencionadas acima nascem a fim de facilitar e organizar a participação de lideranças femininas que encontravam pouco espaço dentro das organizações mistas (Rousseau; Morales Hudon, 2017).

As Bartolinas também tiveram um papel notável na elaboração e aprovação de uma agenda política de mulheres para a Constituição, com destaque importante para a reivindicação por paridade¹³ de gênero na participação política; este aspecto será melhor explorado na próxima seção. Apesar da atuação fundamental que tiveram para a configuração de uma agenda de mulheres, elas são claras na sua distinção do movimento feminista, considerado urbano, de classe média e com muitos recursos. Em entrevista, Segundina Flores, atual secretária executiva da confederação, relatou que o feminismo figura como principal ponto de choque na relação das Bartolinas com demais organizações de mulheres.

¹³ Ainda que expressa em outros termos, como será visto.

Entendo assim como Rousseau e Morales Hudon (2017) que é preciso partir de uma perspectiva interseccional que evidencie a complexidade do ponto de vista das mulheres indígenas na medida em que ele articula etnia e gênero para entender a atuação das Bartolinas, assim como das demais mulheres rurais e indígenas. É desta perspectiva que analiso os pontos de choque mencionados acima que existiam ao mesmo tempo em que era necessária a criação de organizações de mulheres indígenas, paralelas às organizações mistas, tal como a CNMCIOB-BS.

Há uma preocupação com a questão étnico-racial e um entendimento de que esta não é uma área articulada pelo movimento feminista urbano, mas sim pelas organizações indígenas; ao mesmo tempo em que o próprio surgimento das Bartolinas reflete as dificuldades internas e obstáculos à participação encontrados pelas mulheres nas organizações indígenas. A posição a partir da qual estas mulheres formulam seus pontos de vista é um lugar de interlocução entre gênero e etnicidade que transparece, como indicam Rousseau e Morales Hudon (2017), em seus discursos com a inserção de elementos e conceitos capazes de transitar entre os movimentos feministas e indígenas.

Entender a perspectiva interseccional de onde partem as mulheres indígenas também leva à compreensão de como ao mesmo tempo em que foi necessária a criação de uma federação feminina, em 1980, dentro da CSUTCB, estas mulheres não estiveram envolvidas na luta por agendas que poderiam ser tidas como específicas de mulheres. Ao longo das décadas de 1980 e 1990, a sua luta era a luta conjunta com os homens camponeses, indígenas e originários, por terras, pela defesa dos recursos naturais e por uma Assembleia Constituinte, e não com os movimentos de mulheres considerados elitizados e que, neste período, articulavam-se em torno da participação política feminina. Esta posição se reflete no documento de apresentação da CNMCIOB-BS, conforme segue, respectivamente, em sua missão e visão:

Que a igualdade de gênero seja adotada como forma de vida entre mulheres e homens, para alcançar o equilíbrio e a harmonia da convivência humana. Que a desigualdade entre ricos e pobres não continue aumentando. Recuperar a visão, a sabedoria e os conhecimentos das nações indígenas originárias, como única forma para salvar o planeta Terra da ameaça da contaminação e da sua destruição iminente. Que as barreiras mentais da discriminação em todas as suas formas sejam superadas, para alcançar um mundo mais justo e equitativo, a partir da construção da identidade cultural desde as raízes.

Recuperar a soberania territorial, alimentar e a dignidade das mulheres campesinas, indígenas e originárias da Bolívia, [...] para alcançar uma participação equitativa da mulher nos espaços: político, social e econômico, em um marco do *chachawarmi*, como conceito equitativo de gênero. Uma participação de igual para igual com os irmãos homens. Impulsionar a formação e a capacitação das irmãs permanentemente, como único mecanismo para liberar as mentes da opressão, da ignorância e alcançar a verdadeira liberdade.¹⁴

É importante considerar que o final do século XX e o começo do século XXI marcam um momento de reconhecimento das nações originárias que compõem a Bolívia, depois de décadas do que foi chamado *colonialismo interno* e da construção de um Estado patriarcal e monocultural (Diaz Carrasco, 2012) que visava uma nação homogênea e *mestiza*, implicando inclusive na supressão da palavra índio do vocabulário de Estado (Regalsky, 2010). É com este pano de fundo que temos que olhar para a organização da população indígena, originária e campesina que rompeu com a sua invisibilização e subordinação, realizando marchas por território e se envolvendo profundamente em conflitos pela proteção da água e do gás nacionais.

Assim, os últimos anos foram palco de uma profunda transformação do imaginário nacional, na forma como as identidades originárias são recebidas e as mulheres indígenas foram parte destas lutas. Com a eleição de Evo Morales, as identidades indígenas se reposicionaram e as Bartolinas, que sempre se mantiveram próximas ao MAS e ao novo presidente, assumem protagonismo na articulação de agendas de mulheres e indígenas.

[...] as irmãs Bartolinas, na década de 90 estavam com a luta por terra, território e Assembleia Constituinte; não foram parte específica da luta da lei de cotas [...]. Mas nessa luta paralela, as mulheres urbanas e as mulheres rurais iam com um objetivo: transformar o Estado que tem um sistema patriarcal. (Entrevista com Roxana Zaconeta, realizada em 14, jul. 2018 tradução da autora)

2. Da Assembleia Constituinte às Leis de Regime Eleitoral: pontes, agendas e primeiros resultados

Para chegar até aqui, procurei recuperar a conjuntura que antecede a Assembleia Constituinte em três frentes: (1) a organização de movimentos indígenas, campesinos e originários, (2) o movimento feminista institucional e (3) a contextualização de onde estavam as mulheres indígenas campesinas e originárias, com foco nas Bartolinas devido

¹⁴ Disponível em: <http://www.apcbolivia.org/org/cnmciob-bs.aspx>.
Tradução da autora.

a sua posterior proximidade com o partido no poder. Retomo, agora, o contexto constituinte e a forma de articulação dos atores através do *Pacto de Unidad* e do *Movimiento Mujeres Presentes em la Historia*.

O *Pacto de Unidad* se tornou a principal força política neste momento. Ele foi composto por cinco organizações centrais: CSUTCB, que combinava aspectos sindicais e camponeses, formada pelos cocaleiros, quéchuas e aymaras, FNMCB-BS¹⁵, CONAMAQ - *Consejo Nacional de Ayllus y Markas del Qullasuyu*, de inspiração comunitária dos ayllus, CSCB - *Confederación Sindical de Colonizadores de Bolivia*, que a partir da Assembleia Constituinte e dos debates sobre descolonização perceberam que não eram colonizadores e hoje se denominam *Confederación Sindical de Comunidades Interculturales de Bolivia*. e CIDOB - *Confederación de Indígenas del Oriente, Chaco y Amazonía de Bolivia*.

Como narra Adolfo Mendoza, o *Pacto de Unidad* começou a discutir os eixos temáticos da Constituição em 2004 e estabeleceu sua sede em Sucre, onde se reuniram as lideranças máximas das cinco organizações principais, junto com seus assessores. Esta foi a única força política a produzir uma proposta completa de Constituição – nem mesmo o MAS enquanto partido tinha uma proposta sua. Em alusão à atuação das Bartolinas neste período, Segundina Flores, narra episódios violentos e de humilhação de companheiros indígenas, deixando evidente a força da história que ela e as Bartolinas compartilham com as demais organizações indígenas e campesinas.

Essa luta é conjunta com todas as organizações do país, especialmente as do campo; não as que vivem aqui na cidade, nas capitais do país [...]. Não foram as pessoas da cidade, muito menos de classe média. Pior ainda as pessoas das classes altas, nem em sonho. (Entrevista com Segundina Flores, realizada em 12 jul. 2018, tradução da autora)

Este trecho também reflete a clivagem entre identidades e agentes rurais e urbanos, que parece ser a principal neste momento, inclusive entre as mulheres; junto com uma polarização extrema entre o MAS-IPSP e as forças da oposição. Com o trabalho da oposição, que ainda era maioria no Senado em 2006, a Constituição deveria ser aprovada por dois terços dos constituintes; esta exigência foi questionada pelo MAS já durante a

¹⁵ Neste momento as Bartolinas ainda eram uma federação e não incluíam em seu nome as identidades, ou os termos, *indígenas* e *originárias*.

Assembleia Constituinte, sob as justificativas de que por ser originária ela não deveria estar submetida a determinações anteriores (Cunha Filho, 2018) – esta polêmica foi responsável pela primeira paralisação da Assembleia Constituinte. O MAS não venceu estas reivindicações e as tensões continuaram, tornando-se mais fortes na medida em que ganharam força os temas da *capitalía plena* de Sucre e das autonomias departamentais, mobilizados pelas antigas elites políticas bolivianas.

Neste sentido, é importante visualizar que o cenário constituinte foi marcado por conflitos violentos e um forte preconceito contra assembleístas indígenas (Cunha Filho, 2018). Boaventura de Sousa Santos (2010) identifica as vestimentas (*polleras, ponchos, sombreros*) como objeto dos xingamentos ou ataques físicos vivenciados por representantes originários neste momento. Estas tensões, que deixaram três mortos nas ruas de Sucre e que ameaçavam as vidas dos constituintes, levaram a mais uma paralisação da Assembleia Constituinte, que seria retomada em Oruro, em sessão final convocada pela presidenta Silvia Lazarte, depois de fortes pressões dos movimentos sociais (Cunha Filho, 2018, p. 296).

Para Marcela Revollo¹⁶, constituinte pelo MSM (*Movimiento Sin Miedo*), as tensões que foram levantadas com o tema da mudança de capital e também as tentativas de desestabilizar o governo de Evo Morales com confrontações políticas constantemente presentes entre o MAS e as forças de oposição fizeram com que muitas das atenções desviassem dos pontos trazidos pelas mulheres e dos debates que poderiam ter surgido. Assim, como ela, Rosario Ricaldi, constituinte pelo MAS, também pontuou que os conflitos intensos e o acirramento político entre o MAS e a oposição conformaram a polarização fundamental, que recebeu maior atenção. Por baixo deste tema principal, viriam os debates sobre alternância e paridade. Ambas afirmaram que não foi fácil, mas que este fator atenuou os debates.

Voltando ao *Pacto de Unidad*, conforme Franco Pinto (2017) o processo de construção da sua proposta recuperou métodos ancestrais de deliberação¹⁷ e sua dinâmica de diálogo percorria um caminho das bases às lideranças em um constante ir e vir. As

¹⁶ Marcela Revollo também participou da equipe de formação da SAG (Secretaria de Gênero).

¹⁷ Importante ter em mente também a ressalva feita por Van Cott (2008), referentes a importância de analisar com cuidado alusões às tradições ancestrais, já que há uma tendência que as mesmas sejam romantizadas.

propostas foram discutidas em cada organização, em nível municipal, departamental e nacional; elas tinham seus conteúdos sistematizados e as decisões finais eram tomadas por acordos; caso não houvesse acordo, elas voltavam a ser discutidas desde as bases (Franco Pinto, 2017).

A forma como o funcionamento do *Pacto de Unidad* foi relatada tanto por Franco Pinto (2017) quanto por Adolfo Mendoza em entrevista, refletem parte do que Donna Lee Van Cott descreve sobre o processo de tomada de decisão em comunidades andinas. Van Cott (2008, p. 13), aproxima as visões andinas da democracia radical e afirma que dentro das comunidades indígenas dos Andes prevalece a tomada de decisão através do consenso, da participação direta e das interações face a face.

Van Cott atenta para dois elementos que devem ser levados em consideração, sem diminuir o valor do que aportam as experiências das culturas políticas indígenas. Um deles é a maior igualdade material entre os integrantes das comunidades, que facilita as condições necessárias para a deliberação; por outro lado, Van Cott (2008) pondera sobre ser uma maioria masculina que participa desta deliberação. Em um estudo sobre *chachawarmi* e o silêncio das mulheres andinas em espaços públicos, Anders Burman (2011) explora os diferentes sentidos da complementaridade de gênero e expõe uma noção corrente nas comunidades *aymaras* que estudou de que este silêncio é fruto da colonização europeia que trouxe ideias machistas de superioridade masculina e não algo inerente à tradição andina; ainda neste estudo procuro explorar as contraditórias visões sobre o *chachawarmi* e a existência, ou não, de estruturas indígenas patriarcais.

Retomando, o processo de construção da proposta do *Pacto de Unidad* com as etapas descritas é em si mesmo uma experiência deliberativa de aprofundamento democrático. Franco Pinto (2017) define o *Pacto de Unidad*, que chama de primeiro momento da Assembleia Constituinte, como um momento de participação e união convocado pelos próprios sujeitos subalternos, sem a intermediação do Estado. O que acontece parece ser uma extensão do processo de deliberação participativa de dentro das comunidades, que é parte da cultura política andina (Van Cott, 2008) para o espaço construído de forma conjunta por essas comunidades e as suas respectivas organizações.

Isso se explica em boa parte pelo fato das eleições para constituintes terem levado à Assembleia muitos integrantes do *Pacto de Unidad*, mas também porque o elemento indígena campesino originário conformou o núcleo simbólico das narrativas que propunham um novo país (Franco Pinto, 2017). Dessa forma, a proposta de Constituição que incluía a refundação do Estado, elaborada pelas cinco maiores organizações indígenas e campesinas do país, tornou-se o rascunho a partir do qual a Constituição Plurinacional seria elaborada.

Assim como em perspectivas de democracia radical, as inovações trazidas pelas culturas políticas indígenas na Bolívia preocupam-se com a ampliação da dimensão procedimental da democracia mobilizada em perspectivas minimalistas (Van Cott, 2008), sem romper com a mesma. Neste caso, assim como a democracia radical não renuncia aos elementos liberais, mas procura uma realização mais completa e plural dos valores democráticos (Cohen; Fung, 2007; Laclau; Mouffe, 1985); o período constituinte e a Constituição Plurinacional da Bolívia, apesar das narrativas revolucionárias e de rompimento com o passado colonial, também mantêm as estruturas liberais há muito presentes no país (Cunha Filho, 2018).

Além da própria via constitucional que foi reivindicada como caminho e objetivo das fortes turbulências e mobilizações sociais que marcaram o começo do século XXI no país, o Artigo 11 da constituição evidencia essa ampliação sem rompimento na medida em que complementa a democracia representativa com elementos da democracia participativa e comunitária, com equivalência¹⁸ de condições entre homens e mulheres. Boaventura de Sousa Santos (2010, p.98) relacionou as inovações democráticas da Bolívia, com o que chamou de *democracia intercultural*, caracterizada por diferentes modelos de deliberação democrática que se estendem do voto individual ao consenso. Este modelo é marcado por formas paralelas de representação (Sousa Santos, 2010), sendo incorporado o que ele chama de representação qualitativa por usos e costumes dos povos originários. Ainda, a democracia intercultural incorpora direitos individuais e coletivos e direitos fundamentais à água, à terra e recursos naturais; reconhece a

¹⁸ De acordo com entrevistadas, o termo equivalência foi adotado no lugar de igualdade para marcar uma diferença em relação ao que era tido como uma agenda neoliberal e colonizadora.

cidadania cultural e a necessidade de uma educação plural com reciprocidade cultural (Sousa Santos, 2010, p. 98).

Acredito que esta discussão é essencial porque é em um cenário de ampliação democrática como este que se insere a paridade de gênero. Katia Uriona, em entrevista, considerou fundamental para que a representação política incorporasse agentes que refletem a composição do Estado, mulheres e indígenas, o processo político de ampliação e inclusão democrática vivido pelo país. Segundo ela:

Há um processo político democratizador, há um processo político desde uma perspectiva inclusiva na qual mulheres e indígenas se tornam parte deste lugar que é político, o que se traduzirá na normativa que temos. (Entrevista com Katia Uriona, realizada em 12 jul. 2018, tradução da autora).

Adolfo Mendoza, que foi técnico do *Pacto de Unidad*, relatou as reivindicações feitas durante discussões sobre a composição do novo Parlamento. Segundo ele, o CONAMAQ expressou a necessidade de dezesseis assentos, um para cada nacionalidade das terras altas; os povos das terras baixas disseram precisar de trinta e dois, para o mesmo fim¹⁹. Como o CONAMAQ trabalhava com *chachawarmi*, o par, ambos estavam em equilíbrio, reivindicando trinta e dois assentos. A CSUTCB argumentou que como estava presente em todo o território nacional, precisaria do dobro, logo sessenta e quatro. Aqui, já estavam preenchidos 128 dos 130 assentos da Câmara baixa, designou-se que os dois restantes seriam das comunidades afrobolivianas. Por fim, as Bartolinas foram consultadas:

As Bartolinas olharam para os homens das organizações indígenas e disseram, me lembro como se fosse hoje, “não nos interessa se são 16, 32, 64, 128 ou 130, contando que 50% seja mulher está bem”. Na prática, estava o conceito de paridade, mas também tinha uma negociação com concepções conservadoras e tudo isso ficou como equivalência de condições. Mas em espírito, pelo menos, a proposta do *Pacto de Unidad*, do *Movimiento Mujeres Presentes en la Historia*, no espírito constituinte estava o conceito de democracia paritária. (Entrevista com Adolfo Mendoza, realizada em 17 jul 2018, tradução da autora)

¹⁹ Apesar de existir uma série de divisões internas entre nacionalidades indígenas, a principal clivagem está na divisão entre povos das terras altas e das terras baixas (Van Cott, 2007, p. 52). Dado que, durante o período colonial e republicano até a metade do século XX, os principais centros econômicos da Bolívia estavam nas terras altas, os povos indígenas desta região (*quechuas* e *aymaras*) foram historicamente mais visibilizados de forma que a história do país é tradicionalmente *andinocêntrica* (Cunha Filho, 2018, p. 136). Por outro lado, os povos das terras baixas (*guaranis* e *chiquitanos*) permaneceram mais invisibilizados (Cunha Filho, 2018, p. 137).

Com o que foi explorado até aqui, percebo duas tendências que, em certo sentido, parecem contraditórias. De fato, foram elementos importantes para aprovação de uma série de artigos elaborados pelas mulheres a polarização central entre o MAS e a oposição que desviou a atenção dos debates propostos pelas mulheres. Porém, ao mesmo tempo em que esse fator parece diminuir o peso da paridade de gênero, ela também se torna um tema mais abrangente, ganhando contornos de algo que já não é mais uma reivindicação feita por alguns núcleos feministas urbanos, mas sim um tema que integra a construção de uma nova democracia e de um novo Estado.

2.1 *Mujeres Presentes en la Historia*: diálogos e conflitos entre mulheres diversas

Além da participação política, a nova Constituição da Bolívia inclui os direitos das mulheres de maneira transversal em uma série de artigos. Entre eles o direito a uma vida sem violência (Art. 15), a igualdade de direitos e responsabilidades dos cônjuges com a família e com o lar (Art. 63 e Art. 64), igualdade salarial entre homens e mulheres garantida pelo Estado (Art. 48) e, ainda, transfere a responsabilidade de comprovação de paternidade àquele que a negar. Outros temas que integraram a proposta formulada pelas mulheres organizadas e, posteriormente incorporados na Constituição foram: a adoção de uma linguagem não sexista em toda a sua extensão para que mulheres e homens fossem visibilizados como sujeitos constitutivos da sociedade boliviana, a garantia ao acesso à terra (Art. 395); a obrigação do Estado em garantir o fim da discriminação que impedia as mulheres de possuírem e herdarem terras (Art. 402) e o reconhecimento do valor econômico do trabalho doméstico (Art. 338). Todos estes pontos foram destacados pelas entrevistadas tanto como pautas próprias quanto como pautas de outras mulheres:

Tivemos que negociar o tema do reconhecimento do trabalho doméstico. Com as irmãs da área rural, nós apoiávamos com o tema de terras, porque elas diziam “os títulos não estão em nome das mulheres”. Então, nós decidimos “apoiamos, mas vocês também nos apoiam”. (Entrevista com Amalia Coaquira²⁰, realizada em 18 jul. 2018, tradução da autora).

A formação de uma agenda política ampla de mulheres, construída, como apontou Katia Uriona, de maneira transversal e específica, ocorreu por meio do *Movimiento Mujeres Presentes en la Historia* (MMPH) encabeçado pela ONG feminista *Coordinadora de la Mujer*, onde também estavam presentes as mulheres que

²⁰ Secretária executiva da *Confederación Nacional de Trabajadores por Cuenta Propia*

compunham o antigo *Foro Político de Mujeres*, mulheres de organizações urbanas, rurais e periurbanas, indígenas, negras, mineiras, acadêmicas e feministas. Através desta cooperação entre diferentes organizações de mulheres, com destaque para a *Coordinadora de la Mujer* e para as Bartolinas, a despatriarcalização se tornou imprescindível para o novo Estado descolonizado.

O *Movimiento Mujeres Presentes en la Historia* foi fundado em Sucre, em maio de 2006, por organizações de mulheres das nove regiões da Bolívia (Sánchez; Uriona Gamarra, 2014). A partir de então, as mulheres reunidas nesta nova força coletiva começaram um longo processo de construção conjunta de propostas que foram reunidas em um documento intitulado *De la Protesta al Mandato: una propuesta en construcción*. Para isto, o MMPH percorreu todo o país, passou por 175 municípios e realizou mais de 300 encontros de debates e discussões²¹, com isso, foram ouvidas as vozes de mais de 20.000 mulheres.

[...] Mais de vinte mil mulheres participando em todo o país; vão discutindo e o interessante dessa discussão é que se discute sobre o horizonte do tipo de país que queríamos. (Entrevista com Katia Uriona, realizada em 12 jul. 2018, tradução da autora).

O documento construído para a Assembleia Constituinte pelas *Mujeres Presentes en la Historia* abarcava um princípio de equidade e ação positiva, que exigia a redistribuição econômica e do poder e um acesso à tomada de decisão que contemplasse diferentes realidades étnicas, sociais e de gênero; o princípio de igualdade e não discriminação, baseado na garantia de uma cidadania plena e na incorporação das mulheres no mercado de trabalho em igualdade com os homens. Incluía, ainda, o direito a uma vida livre de violência, a liberdade e a autonomia sobre o próprio corpo para decidir quanto filhos ter.

Também foram incorporados o princípio de democratização e reconhecimento do valor do trabalho doméstico; a homologação de direitos, que visava elevar à categoria de direitos constitucionais todos os tratados e convenções internacionais assinados pela Bolívia no campo dos direitos humanos; e a linguagem não sexista em toda a Constituição. Além disso, o documento incluiu propostas divididas entre direitos individuais, direitos coletivos, estrutura do Estado e regime econômico que abrangiam: a

²¹ MUJERES Presentes en la Historia. Produção: Observatorio de Género - Bolivia. [S.l.]: Coordinadora de La Mujer, 2015.

participação em igualdade das mulheres nos espaços de poder como requisito básico para a democracia, a garantia da paridade e alternância na titularidade de cargos nos três poderes do Estado, a separação entre Estado e doutrinas religiosas, uma democracia representativa, deliberativa e participativa; o acesso e a titularidade de bens e terras em igualdade com os homens, a autodeterminação dos povos; e a soberania alimentar, por meio da proibição de transgênicos e do uso de produtos que causam danos à saúde da população.

Foram produzidos materiais de argumentação para cada uma das propostas que compunham o projeto do MMPH para a Constituição. As dirigentes indígenas que faziam parte do *Pacto de Unidad* tornaram-se canais para a comunicação entre estes dois projetos, levando para dentro das deliberações do *Pacto de Unidad* as propostas trabalhadas pelo MMPH; este movimento permitiu a incidência no resultado final do esboço construído pelo *Pacto de Unidad* e que se tornou a base para a Constituição Plurinacional. A sequência de encontros e debates por todo o país, permitiu, entre outras coisas, que as mulheres participantes se percebessem diversas, com experiências e trajetórias múltiplas. Diferentes entrevistadas relataram o sentimento de se ver diante de grupos de mulheres com novas e conflitantes perspectivas.

Havia uma diversidade de mulheres, pensamos que éramos apenas nós e mais ninguém, mas não era assim. Havia mulheres diversas, da área urbana, da área rural; mulheres de diferentes setores e as posições eram muito diferentes. Por exemplo, para as mulheres da área rural, lavar, cozinhar, parir, criar os filhos, fazer a merenda, era normal. Quando nós dizíamos que se devia reconhecer o trabalho da mulher, que nós fazemos dentro de casa, que ele deveria ser quantificado; elas não entendiam, diziam “são usos e costumes”, diziam que a mulher devia fazer essas coisas. Então, havia esses conflitos. (Entrevista com Amalia Coaquira²², realizada em 18 jul 2018, tradução da autora).

O trecho acima citado evidencia como os diferentes pontos de partida das mulheres que se encontraram para a Assembleia Constituinte implicavam em noções diversas, ou até mesmo conflitantes, de opressões e desigualdades. As diferenças de trajetória política, que abrangiam a militância em organizações sociais urbanas, como no caso de Amalia Coaquira, em organizações rurais e também o trabalho realizado em ONGs ou dentro do Estado, trouxe consigo uma sequência de estranhamentos e conflitos, mas também a chegada a acordos.

²² Secretária executiva da *Confederación Nacional de Trabajadores por Cuenta Propia*.

Nós viemos de um movimento de mulheres institucional, das ONGs que tinham um acúmulo histórico desde os anos 90. E chegamos com muita força ao processo constituinte com propostas e tudo, mas nos demos conta de que não éramos as únicas, que estavam as mulheres campesinas, as mulheres de comunidades interculturais. Muitas mulheres estavam no processo da Assembleia Constituinte querendo levar suas propostas. Então, esse foi um momento chave porque nos permitiu entrar em acordos. E trabalhamos juntas – nos custou, obviamente, não foi simples porque tinha olhares de umas às outras, preconceitos, e tentamos fazer uma proposta conjunta [...] (Entrevista com Monica Novillo, realizada em 20 jul 2018, tradução da autora).

Rosario Ricaldi, hoje na *Coordinadora de la Mujer*, assembleísta convidada pelo MAS e que na época trabalhava em uma pequena ONG de Tarija, relatou que o período foi marcado por tensões entre mulheres indígenas e mulheres que vinham de ONGs, predominantemente, urbanas. Segundo ela, prevalecia entre homens e mulheres assembleístas indígenas, campesinos e originários um sentimento de que aquele era o seu governo e que agentes como as mulheres urbanas e representantes de ONGs não entendiam o sofrimento ao qual foram submetidos por anos. Conforme Ricaldi, foi preciso buscar pontos em comum e apontar que também entre mulheres urbanas havia pobreza e opressão. Para Elizabeth Salguero, que era deputada pelo MAS durante a Assembleia Constituinte, a entrada de novos agentes de diferentes etnias constituiu o primeiro choque na sociedade e no Parlamento. Segundo ela:

[...] era muito mais dolorosa essa questão, essa carga que traziam, do que a paridade. Então, primeiro foi um processo de superação da exclusão, do classismo, do racismo, falar sobre esses temas foi mais forte do que o tema de paridade. Evidentemente, vivíamos em uma sociedade muito, muito racista, na qual não estava presente a interculturalidade. (Entrevista com Elizabeth Salguero, realizada em 4 jul 2018, tradução da autora).

Os atritos iniciais entre as organizações de mulheres devem ser entendidos levando em consideração as insatisfações com os governos neoliberais e tudo que pudesse ser a eles relacionado; bem como à busca pelo rompimento com o imperialismo e a descolonização do Estado. Neste sentido, em um cenário em que protagonizavam as narrativas relacionadas à descolonização do país o feminismo, o conceito de *gênero*, os movimentos feministas e, principalmente, as ONGs, foram associados a ideias colonizadoras neoliberais e à imposição de temáticas trazidas de fora, logo, estas questões não seriam próprias da Bolívia.

Essas ligações que foram feitas entre temáticas de gênero, feminismo, neoliberalismo e colonialismo foram superadas, pelo menos para a união em torno de alguns pontos,

através da mobilização de conceitos andinos como a palavra *aymara*, já mencionada, *chachawarmi*. A mobilização deste conceito esteve relacionada, principalmente, com a aprovação de listas paritárias e alternadas; e em todos os momentos em que a *paridade* estava em questão, também surgiu, pelo menos entre as entrevistadas que relataram os processos, a realização do *chachawarmi*. Em relação às percepções do gênero como uma questão estrangeira, Andrea Flores, presidente da *Organización de Mujeres Aymaras del Kollasuyo*, OMAK, uma ONG filiada à *Coordinadora de la Mujer*, explica:

As mulheres das comunidades que estão aí com a sua mesma cultura, toda a sua forma de vivência, suas formas de ser; e quando eu vou falar sobre o tema de gênero a mulher diz "ah, e o que é gênero agora?" [...]. Então, qual é o nosso papel como instituição, como pessoas, como facilitadoras, como técnicas? Tínhamos que buscar uma metodologia bem prática. O que se entende por gênero, o que quer dizer a palavra gênero. O que se entende com o tema das mulheres e suas lutas. [...] Não conheciam seus direitos. Não sabiam que existem direitos para mulher. Para essa mulher da comunidade, para essa mulher do bairro, para essa mulher migrante que vem do rural ao urbano. Então, o que era direito? O que era gênero? O que é alternância? O que é equidade? O que é justiça? O que é isso tudo? A desinformação, não conheciam o que era gênero, parece que confundiam, "essas palavras trouxeram de outros países e querem implementar essas coisas para nós", mas estava em nós, só não sabíamos. (Entrevista com Andrea Flores, realizada em 23 jul 2018, tradução da autora).

A fala de Andrea Flores reflete parte do que significou o momento da Assembleia Constituinte e o encontro entre agentes diversos que ele permitiu através das dinâmicas de deliberação do *Pacto de Unidad*, dos encontros e reuniões em que o *Movimiento Mujeres Presentes en la Historia* foi até as mulheres de 175 municípios e também pelos novos agentes que chegaram à esfera da política formal. Em certa medida, o crescimento do MAS-IPSP em meio à crise dos partidos políticos tradicionais está bastante relacionado com a chegada destes novos atores. O partido de Evo Morales garantiu 137 dos 255 assentos, o que permitiu a eleição de lideranças sindicais, rurais e indígenas que integravam o já mencionado *Pacto de Unidad*; mas além disso, outro elemento importante foi a incorporação de mecanismos que garantiram 34% de mulheres constituintes (Novillo, 2011) através da *Ley Especial de Convocatoria a la Asamblea Constituyente*.

A LECAC como ficou conhecida foi uma das primeiras conquistas do *Movimiento Mujeres Presentes en la Historia*. Em diferentes entrevistas a LECAC é citada como elemento fundamental para a garantia da presença de mulheres na Assembleia

Constituinte e para a posterior aprovação dos artigos da Constituição que constavam na agenda do MMPH. Seguindo Monica Novillo (2011), a base argumentativa da proposta apresentada consistia em um princípio democrático baseado na ideia de representação descritiva, que partia da constatação de que as mulheres são metade da população, para isso alguns dos contra-argumentos iam na linha de que seria necessária uma contagem estatística para a representação de uma série de grupos sociais. Também estavam presentes ideias de que as mulheres levariam consigo demandas próprias, ou possibilitariam uma transformação na forma de fazer política, rompendo com as relações de poder já estabelecidas (Novillo, 2011).

Em março de 2006 a LECAC foi aprovada e, com as inovações introduzidas, foi possível eleger 34,4% de mulheres. Em seu texto foi postulado que os partidos políticos, agrupações cidadãs e os povos indígenas, deveriam inscrever uma lista de três candidatos por circunscrição territorial, na qual os dois primeiros deveriam formar um binômio (homem –mulher/ mulher – homem). Por circunscrição departamental deveriam ser inscritos cinco candidatos, dentro os quais pelo menos duas mulheres, também respeitando a alternância (homem – mulher/ mulher – homem). Assim, além da entrada de novos atores que já aconteceria com a grande expressão de um partido majoritariamente indígena e campesino, garantiu-se que parte destes fossem mulheres. Das 88 mulheres eleitas para a Assembleia Constituinte, 66 eram do MAS-IPSP; entre elas mulheres que integravam o partido ou convidadas, integrantes de ONGs, líderes indígenas, Bartolinas, mulheres rurais.

Importa visualizar aqui que estas mulheres, tanto aquelas que atuaram e participaram dos encontros do MMPH quanto as que foram eleitas para a Assembleia Constituinte tinham trajetórias e contatos diferentes entre si; níveis de familiaridade com temas específicos muito variados e entre estes temas que não eram comuns a todas as mulheres estava o conceito de gênero. Em outro trecho da sua entrevista, Andrea Flores conta:

[...] Nos custou muito fazer com que estas mulheres que nunca tinham ido a uma reunião se entendessem e estivessem junto com as outras. [...] Com altos e baixos fomos indo. Tem uma coisa que para mim é muito interessante: mulheres que sabiam, digamos, eram três entre trinta e, bom, não dá para fazer apenas para essas três, porque as outras ficam para trás. Mas essas três que já sabem, essas têm que levar as outras até elas. O desafio era como uma educação; tinha que prejudicar estas três, para levar as outras até a sua altura. [...] Temos que ser irmãs e elas têm que perder esse medo. Algumas perderam

um pouco do medo, mas era como se lançar à piscina sem saber nadar. (Entrevista com Andrea Flores, realizada em 23 jul 2018, tradução da autora).

É interessante notar algumas das diferenças que aparecem nas formas como são interpretadas e relatadas as relações entre estas mulheres advindas de lugares diversos. Andrea Flores é uma mulher *aymara*, diretora executiva de uma ONG filiada à *Coordinadora de la Mujer*, que realiza, entre outras ações, atividades parecidas com este momento pedagógico da Assembleia Constituinte relatado por ela. Há uma diferença expressiva entre, de um lado, a forma como Andrea Flores, que fala desde uma ONG de mulheres indígenas, se referiu às relações com ONGs feministas, como a *Coordinadora de la Mujer*, e também sobre este processo de incorporação e aprendizado do conceito de *gênero*; e, de outro, a maneira como a líder das Bartolinas, Segundina Flores, também uma mulher *aymara*, relatou tensões envolvendo esta aproximação.

A diretora executiva da OMAK narrou o processo de aprendizado entre as mulheres, exemplificou formas de tentar explicar o significado de *gênero* para quem não o entende e relatou de maneira positiva o papel da *Coordinadora de la Mujer*, assim como as suas experiências de aprendizado a partir deste contato. Por sua vez, Segundina Flores foi enfática nas tensões que permeiam a sua relação com a *Coordinadora*, destacando aspectos como falta de recursos da sua organização quando comparada com a estrutura da *Coordinadora de la Mujer*, e pontuando que, enquanto as mulheres que integram esta ONG tendem a ser muito feministas, as Bartolinas trabalham com a complementaridade andina.

De maneira geral, as aproximações entre os movimentos de mulheres a partir da preparação para a Assembleia Constituinte, até a aprovação das leis estruturais, em 2010, parecem tensas devido a clivagens específicas, apesar de eficazes em termos de resultados. Em um artigo de 2011, Stéphanie Rousseau relatou uma continuidade em suas entrevistas de 2007 e de 2011 em relação à desconfiança que lideranças indígenas e integrantes de ONGs feministas tinham umas das outras; percebo, com base em minha entrevista com Segundina Flores e com integrantes da *Coordinadora de la Mujer*, que, em 2018, esta relação permanece. Rousseau (2011, p. 12) realizou entrevistas com Leonilda Zurita, então secretária executiva das Bartolinas, e com Felipa Merino, que era secretária executiva departamental em Santa Cruz, e indicou que as insatisfações de

ambas em relação às organizações feministas dirigiam-se às desigualdades de poder econômico e de domínio da linguagem hegemônica do mundo político-estatal. Nas palavras de Segundina Flores, o choque está no fato de as mulheres urbanas e integrantes das ONGs serem muito feministas:

Sim, somos mulheres, mas nós levamos a igualdade, a paridade, a complementaridade. Em *aymara*, *chachawarmi*, em *quechua* é *qhariwarmi*, em castelhano é um par entre homem e mulher. Então, isso nós respeitamos, a vida é isso. Mas não é que aqui nós sejamos sempre muito feministas, não é que não queremos ver os homens, não é assim. Então, nisto sim, nos chocávamos com a *Coordinadora de la Mujer*. Muitas mulheres, às vezes, lá dentro da *Coordinadora*, são muito feministas. (Entrevista com Segundina Flores, realizada em 12 jul 2018, tradução da autora)

Mas, além disso, no momento em que Segundina Flores se apresenta e explica um pouco sobre a estrutura e atuação das Bartolinas, conflitos relacionado à diferença de recursos econômicos ficam evidentes. A líder Bartolina reclama dos poucos recursos que dispõem e fala sobre o trabalho voluntário do qual dependem, comparando-o com o trabalho profissional que a *Coordinadora* pode pagar. Ademais, entrevistei Segundina Flores poucos dias depois do encontro nacional para a construção de uma agenda política desde as mulheres para o alcance da democracia paritária, organizado pela *Coordinadora de la Mujer*. O encontro foi realizado em um hotel na zona nobre de La Paz; o que não passou despercebido:

Coordinadora de la Mujer tem um recurso, junta mulheres, paga passagens em avião, paga passagens em transporte terrestre, dá comida boa, faz seu evento em um bom hotel [...], mas nós, pode ver nossa reunião hoje, nossa salinha, nossa comida muito pobre que cozinhamos aqui e nosso refresquinho. Porque nós não temos para pagar ou ficar em bons hotéis. Mas isso te digo, hoje é o mesmo, a nossa história de sempre, de que nós não temos acesso. (Entrevista com Segundina Flores, realizada em 12 jul 2018, tradução da autora).

Claro que seria interessante um maior número de entrevistas com lideranças indígenas, para perceber diferentes posições. Tendo entrevistado Segundina Flores a fim de perceber parte da perspectiva das Bartolinas, e Andrea Flores de uma ONG indígena, é possível identificar que este posicionamento de tensão referente à centralidade e aos recursos da *Coordinadora de la Mujer* não é geral entre as líderes *aymaras* e *quechuas*, mas o fato de a OMAK ser uma ONG filiada à *Coordinadora* explica parte desta diferença. Rousseau (2011), por exemplo, relata que Justa Cabrera, que preside a

*Confederación Nacional de Mujeres Indígenas de Bolivia (CNAMIB)*²³, apresentou que procuram diferenciar-se do feminismo para evitar a resistência masculina, ou serem associadas com posições de enfrentamento em relação aos homens.

No entanto, não disponho de material suficiente para compreender se a insatisfação referente às desigualdades entre as organizações de mulheres indígenas e as ONGs feministas se restringem às Bartolinas. O que vale pontuar é que as críticas que partem da *Confederación Nacional de Mujeres Campesinas Indígenas Originarias de Bolivia - Bartolina Sisa* não vão no mesmo sentido daquelas que partem das feministas autônomas. Como visto, as críticas à onguização do movimento feminista que vêm das feministas autônomas pontuam a perda de autonomia do feminismo e a sua adaptação às pautas que interessam seus financiadores; ou seja, parte desta crítica se dirige a uma posição de menos enfrentamento que esta onguização acarretaria.

No entanto a crítica que vem das Bartolinas é outra. A organização esteve, nos últimos anos, bastante alinhada ao MAS e a Evo Morales, ficando ao seu lado mesmo em medidas polêmicas entre demais organizações indígenas. Com a eleição de Evo Morales, as Bartolinas ganharam espaço no governo e chegaram a ocupar ministérios; além disso, muitas delas foram eleitas deputadas, senadoras e *concejales* pelo MAS. Nas últimas eleições gerais de 2014, por exemplo, todas as Bartolinas eleitas deputadas nacionais integram o MAS-IPSP; vale pontuar que 69% das mulheres eleitas são do MAS e do total de representantes eleitas pelo partido de Morales, 22% identificaram-se como Bartolinas²⁴.

Nesse sentido, não é a institucionalidade das ONGs feministas que é colocada em questão, mas sua identificação com uma realidade e com interesses estrangeiros, bem como a já mencionada desigualdade de recursos econômicos que é percebida. Para uma das funcionárias da *Coordinadora de la Mujer*, ativista e feminista, a insistência das Bartolinas em se distanciar do movimento feminista seria, em parte, para se desvincular de posições de oposição e enfrentamento ao MAS.

²³ A CNAMIB é paralela à CIDOB e reúne as mulheres indígenas das terras baixas.

²⁴ Para isso, usei os dados de trajetória das eleitas disponibilizados em: <https://www.vicepresidencia.gob.bo/>

Seis das entrevistadas referiram-se às mulheres do MAS ou às Bartolinas como as primeiras posições contrárias à agenda de mulheres que precisaram ser convencidas. As referências são feitas ao momento da Constituinte, bem como ao posterior processo de aprovação de leis estruturais, como o regime eleitoral. Ingrid Zabala, deputada pelo MAS entre 2010 e 2015, conta que a luta pela igualdade de gênero não era normal para suas colegas que vinham com históricos de lutas obreiras e sindicais. Dentre os conflitos relatados, para além da já mencionada tensão com as integrantes de ONGs; três entrevistadas destacaram as dificuldades de discutir direitos sexuais e reprodutivos. Segundo conta Rosalia del Vilar, em referência ao processo constituinte:

Houve debate com as mulheres indígenas, também influenciadas pelo tema religioso quando se debateu o direito à vida, por exemplo. Na questão do direito à vida foi muito forte a influência das religiões. O tema dos direitos sexuais e reprodutivos gerava muito debate tanto dentro das comissões e das bancadas, como dentro da bancada do MAS que era a maior. As companheiras diziam “então agora vamos fazer com que as meninas sejam umas libertinas dentro das comunidades?” e nós dizíamos “não se trata disso, se trata do seu direito a dizer não”. (Entrevista com Rosalia del Vilar, realizada em 13 jul. 2018, tradução da autora).

Para Marcela Revollo, o movimento campesino estaria muito penetrado pelos movimentos evangélicos, o que levou a posições conservadoras quanto a este tema, assim como em relação ao casamento homossexual. Monica Novillo considerou que com os debates sobre a descriminalização do aborto e sobre o casamento homossexual durante a Assembleia Constituinte foi possível verificar que as posições conservadoras não estão associadas apenas às igrejas; apesar de reconhecer a força conservadora das igrejas evangélicas e da igreja católica, ela pontua que também há um conservadorismo expresso pela população indígena. Quanto à participação política das mulheres, as respostas se contradizem no que toca à unidade em torno da questão. Segundina Flores e Monica Novillo descrevem que este era um ponto em que Bartolinas e a *Coordinadora de la Mujer* estavam em consenso. Pilar Uriona e Ingrid Zabala, quando se referem ao contexto de aprovação das leis eleitorais²⁵ que efetivaram mecanismos práticos para os princípios de paridade incluídos na Constituição, contaram que foi preciso convencer representantes eleitas pelo MAS.

²⁵ Tanto da lei transitória de 2009, quanto do regime eleitoral de 2010.

2.2 Paridade é agora²⁶: últimos passos para a chegada ao percentual paritário

Conforme apontado por algumas entrevistadas, as mulheres que trabalharam pelas cotas na década de 1990 não vinham de movimentos sociais das bases; elas eram urbanas e vinham dos movimentos feministas de classe média. Com a Assembleia Constituinte, dá-se o primeiro grande encontro entre essas mulheres diversas no movimento que procurei descrever durante este capítulo. O próximo passo depois da aprovação da nova Constituição, que dentre os pontos da agenda do MMPH aprovados incluía os princípios da paridade de gênero, foi a aprovação da lei transitória do regime eleitoral, ainda em 2009. Como explica Pilar Uriona, mesmo que transitória, esta lei foi importante para garantir uma presença numérica das mulheres na próxima legislatura.

Para isso, a *Coordinadora de la Mujer* apresentou uma série de propostas que para seguirem adiante contaram com o conjunto de alianças desenvolvido no período anterior. Aqui, Pilar Uriona citou as ligações com as Bartolinas, com as mulheres da *Federación Nacional de Trabajadoras del Hogar* e da *Confederación Nacional de Trabajadores por Cuenta Propia*. Pilar Uriona, que esteve presente como técnica da *Coordinadora* durante a aprovação da lei transitória do regime eleitoral, relatou que algumas lideranças Bartolinas expressivas dentro do MAS enfatizavam que as mulheres não estavam preparadas para entrarem no espaço da política formal, segundo ela:

[...] uma grande dirigente e representante do movimento das Bartolinas dizia que não tínhamos as capacidades para ingressar. Quase todo o discurso político se concentrou em dizer que as mulheres que queriam a paridade ainda não tinham a capacidade de adentrar o terreno político institucional da Assembleia. (Entrevista com Pilar Uriona, realizada em 28 jul. 2018, tradução da autora)

Não é possível estabelecer se este posicionamento está relacionado de alguma forma com um direcionamento partidário, já que estas mulheres eram do MAS, e, como pontuado por Pilar Uriona, com a ascensão do partido chegaram às esferas de poder muitas novas lideranças masculinas que também não estavam dispostas a abrir mão de seu espaço. Segundo conta Monica Novillo, a falta de preparo das mulheres para entrar de forma paritária na política se tornou o principal argumento para que a paridade não fosse incluída. Pilar Uriona conta como esse discurso foi se transformando, pelo menos entre as Bartolinas eleitas pelo MAS:

²⁶ Tradução da autora do lema da campanha por paridade.

Foi um trabalho de todos os dias feito pela Monica e outras companheiras da *Coordinadora* para ter uma maior aproximação com quem, neste momento, eram as mulheres das organizações sociais mais representativas ou próximas do governo de Evo Morales, as Bartolinas. Aqui já começou a aparecer uma mudança de discurso, de apropriação do espaço político também como um espaço de representação das mulheres como um grupo social. Dentre essas mulheres como grupo social havia antagonismos, diferenças de classe e de etnia, mas quase todas confluíam no tema do direito à presença neste espaço institucional e, a partir daí, é que conseguiram uma aliança muito mais forte dentro da *Coordinadora*, não só para a lei transitória mas para as quatro leis estruturais. (Entrevista com Pilar Uriona, realizada em 28 jul. 2018, tradução da autora).

Além disso, foi importante o posicionamento de uma ampla bancada de oposição (*anti-masista*) que decidiu apoiar a inclusão da paridade na lei transitória. Em seu livro produzido pela *Coordinadora de la Mujer*, Monica Novillo (2011) pondera que apesar do apoio das mulheres de partidos da oposição ter tido fundamental importância, ele gerou certa tensão na medida em que apareceram tentativas de vincular a proposta como uma proposta de oposição ao MAS. Segundo conta, foi necessário que as organizações de mulheres convocassem uma coletiva de imprensa para esclarecer que essa era uma proposta da sociedade civil (Novillo, 2011). Da forma como foi aprovada, a *Ley de Régimen Electoral Transitorio* incluiu uma forma prática para a paridade em seu Artigo de número nove, determinado que:

I – As listas de candidatas e candidatos a senadoras e senadores, deputadas e deputados, titulares e suplentes, assembleístas departamentais, *consejeros* departamentais, *concejales* municipais e autoridades nos municípios deverão respeitar a igualdade de oportunidades entre mulheres e homens de maneira tal que exista um candidato titular homem e em seguida uma candidata titular mulher, uma candidata suplente mulher e um candidato suplente homem ou vice-versa. No caso das circunscrições uninominais a alternância se expressa em titulares e suplentes em cada circunscrição.²⁷

Aqui, é importante ter em consideração a nova organização da Bolívia com a aprovação da Constituição. De acordo com a Constituição, passaram a ser eleitos 130 deputados/as, metade por maioria simples em circunscrições uninominais e metade por voto proporcional em listas fechadas em circunscrições plurinominais. Já o Senado passou a ser composto por 36 membros, cada departamento elegendo quatro senadores através do sistema proporcional. No entanto, conforme consta na lei transitória do regime eleitoral, do total de 130 cadeiras da Câmara baixa, setenta corresponderiam a

²⁷ ESTADO PLURINACIONAL DE BOLIVIA. Ley nº 4021, de 14 de abr. de 2009. **Ley de Régimen Electoral Transitorio**. Ministerio de Autonomía. Estado Plurinacional de Bolivia, p. 1-43, abr. 2009. Disponível em: <<http://www.bivica.org/upload/ley-regimen-electoral-transitorio.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2019. (Tradução livre da autora)

circunscritões uninominais, somadas de sete especiais para povos indígenas, ou seja, para 59,2% dos assentos não foi possível garantir uma posição alternada como titular.

Como resultado da lei transitória, conforme as listas de candidatos eleitos disponibilizada pelo *Órgano Electoral Plurinacional*, 28,3% da primeira Assembleia Plurinacional foi composta por mulheres. Mais especificamente, as mulheres eram 44,4% do total de senadores; 47,2% do total de deputados plurinominais e apenas 7,8% do total de deputados uninominais. Como conta Monica Novillo:

Na primeira assembleia, quando fizemos o balanço de quantas mulheres conseguiram entrar, nos demos conta de que tínhamos afetado principalmente as listas de candidatos plurinominais, mas não as uninominais. Então, tínhamos que fazer uma aposta para que a lei do regime eleitoral definitiva conseguisse incluir, como conseguiu, as candidaturas uninominais. Agora, eu acho que pode ser porque estávamos com o impulso da Assembleia Constituinte, que nós conseguimos e eles aceitaram colocar; mas logo isso acabou complicando os partidos políticos e alguns nem conheciam a redação aprovada. Então tiveram problemas com a apresentação das suas listas. (Entrevista com Monica Novillo, realizada em 20 jul. 2018).

Para a garantia de uma redação que incluísse a paridade entre homens e mulheres eleitos titulares também nas circunscritões uninominais, permaneceu a estrutura de alianças entre as mulheres; e estratégias de diálogo que, mais uma vez, recuperavam o *chachawarmi*. Sobre este período, Ingrid Zabala descreve a estratégia utilizada por ela em atuação conjunta com ONGs para o convencimento das mulheres do MAS-IPSP:

Os homens se convenceram muito pouco, foi nesse nível. Nós buscávamos fazer alianças com as mulheres e quando já tínhamos estas alianças pedíamos a nossos líderes máximos que apoiassem nossa proposta e os líderes tinham que ir obrigando os homens para que eles também apoiassem as mudanças fundamentais que o país vivia. Mas a maioria dos homens aprovou estas normas ou sem entender, ou sem estar convencido. (Entrevista com Ingrid Zabala, realizada em 25 jul. 2018, tradução da autora).

Além disso, Pilar Uriona observa que, a partir da aprovação da lei transitória algumas simbologias já estavam assentadas no país e a própria composição do governo de Evo Morales que em 2010 formou o primeiro gabinete paritário parecia abrir o caminho para os avanços seguintes. Assim, foi possível aprovar as chamadas cinco leis estruturais: Lei do Órgão Judicial, incorporando critérios de paridade e alternância para a postulação, pré-seleção e eleição de autoridades judiciais; Lei do Órgão Eleitoral Plurinacional, que impõem paridade e alternância para os seus membros eleitos pela Assembleia Legislativa

Plurinacional e pelas Assembleias Departamentais; Lei do Tribunal Constitucional, que incorpora regras paritárias para a pré-seleção de postulações a magistrados; Lei de Autonomias e de Descentralização, que insere princípios de paridade e equidade na conformação dos governos autônomos; por fim, a Lei do Regime Eleitoral.

A alteração da redação da lei transitória para a *Ley 026 de Régimen Electoral* postulou que seriam garantidas 50% de candidaturas como titulares em circunscrições uninominais, como consta no Artigo 11.

Artigo 11. (EQUIVALÊNCIA DE CONDIÇÕES).

[...]

- a) As listas de candidatas e candidatos a senadoras e senadores, deputadas e deputados, assembleístas departamentais e regionais, *concejales* e *concejales* municipais e outras autoridades eletivas, titulares e suplentes, respeitarão a paridade e alternância de gênero entre mulheres e homens, de tal maneira que exista uma candidata titular mulher e, em seguida, um candidato titular homem; um candidato suplente homem e, em seguida, uma candidata suplente mulher, de maneira sucessiva.
- b) Nos casos de eleição de uma só candidatura em uma circunscrição, a igualdade, paridade e alternância de gênero se expressa em titulares e suplentes. No total destas circunscrições, pelo menos 50% das candidaturas titulares pertencerão a mulheres.
- c) As listas das candidatas e candidatos das nações e povos indígena originário campesinos, elaboradas de acordo com as suas normas e procedimentos próprios, respeitarão os princípios mencionados no parágrafo precedente.²⁸

Com as mudanças introduzidas pelo novo Regime Eleitoral, o percentual de mulheres eleitas em circunscrições uninominais e especiais aumentou significativamente e elas passaram a ser 50,4% da Câmara de Deputados²⁹, ocupando 49,2% das circunscrições uninominais, 52,5% das plurinominais e 42,9% das circunscrições especiais. O percentual de senadoras eleitas em 2014 manteve-se o mesmo das eleições anteriores, 44,4%. Apesar da efetivação da paridade numérica na Assembleia Plurinacional nas eleições gerais de 2014, ela não é uma realidade nos cargos executivos. Em um levantamento realizado pelo *Observatório de Género da Coordinadora de la Mujer*, referentes ao percentual de alcaldesas eleitas desde as eleições de 1999, poucas alterações são percebidas. Sendo que em 1999, do total de *alcaldes*, 7% eram mulheres e

²⁸ ESTADO PLURINACIONAL DE BOLIVIA. Ley 026, de 30 de jun. de 2010. **Ley del Régimen Electoral**. Asamblea Legislativa Plurinacional. Estado Plurinacional de Bolivia, p. 1-94, jun. 2010. Disponível em: <<http://pdba.georgetown.edu/Electoral/Bolivia/Ley26-2010.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2019. (Tradução livre da autora)

²⁹ Dados obtidos em: Atlas Electoral de Bolivia Tomo IV. Disponível em: https://www.oep.org.bo/wp-content/uploads/2017/04/Atlas_Electoral_Tomo_IV.pdf.

em 2015 este número subiu apenas para 9%. Quanto ao órgão executivo departamental, nenhuma mulher foi eleita governadora em 2010, tampouco em 2015.

Procurei explorar, até aqui, o cenário de inclusão democrática que caracteriza a Assembleia Constituinte e o próprio processo de aproximação e elaboração conjunta de uma agenda de mulheres através do MMPH; agenda esta, que tinha como principal ponto de encontro a participação política das mulheres. Além de garantir a inclusão da paridade de gênero, ou da equivalência de condições entre homens e mulheres e do próprio *suma qamaña* (bem viver); o processo constituinte é determinante pelas alianças que ele permite estabelecer. Foi a permanência e a manutenção destas alianças que permitiu as leis posteriores do regime eleitoral, assim como a permanente articulação em torno da construção de agendas políticas desde as mulheres.

3. Construção de agenda e encontros entre *suma qamanã* e a despatriarcalização

No começo deste artigo, indiquei que os diálogos entre organizações e movimentos de mulheres permitiu o aparecimento da despatriarcalização como elemento fundamental da descolonização. Apesar de algumas entrevistadas referirem-se à agenda para a Assembleia Constituinte como uma agenda de despatriarcalização, o termo é incorporado de fato em 2011 e se repete na agenda de 2015 e no esboço elaborado para Encontro Nacional de 2018.

A palavra despatriarcalização foi sendo cunhada posteriormente, não durante a constituinte. Era algo muito, muito novo; ou seja, falar de descolonização já era grande, despatriarcalização era um tema que ainda não se visibilizava. Mas depois sim, ele foi trabalhado para as leis que seguiram à Constituição e agora já se fala, existe até um vice ministério de despatriarcalização. (Entrevista com Rosalia del Vilar³⁰, realizada em 13 jul. 2018, tradução da autora)

A despatriarcalização do Estado apareceu na *Agenda Para la Equidad entre Mujeres y Hombres* de 2011 elaborada logo depois da aprovação da lei de regime eleitoral. Organizada em propostas de leis que deveriam ser priorizadas, a agenda destacava propostas para leis de revalorização do trabalho doméstico, de participação e controle social, de soberania alimentar, acesso universal e gratuito à saúde, lei de transparência e de acesso à informação pública, lei marco de despatriarcalização, lei contra o assédio e violência política e lei de trabalho geral.

³⁰ Constituinte pelo MAS.

Aqui, o projeto de despatriarcalização incluía a promoção de um debate nacional para refletir sobre os desafios da despatriarcalização no marco da descolonização e a geração de políticas públicas para desconstruir o sistema patriarcal vigente nos âmbitos político, econômico, social e cultural. Ele também buscava promover a educação e o empoderamento das mulheres, incorporando em todo o currículo escolar o enfoque de despatriarcalização; transformar as relações de domínio patriarcal em todos os âmbitos; revalorizar as identidades culturais originárias de cada região, analisando criticamente as relações entre mulheres e homens e propondo a partir destas culturas avanços até a equidade.

Na Bolívia, são feitas diferentes aproximações entre despatriarcalização e descolonização. Em um artigo publicado em 2010, Katia Uriona Gamarra procura indicar os riscos da configuração de novas relações de poder em um Estado que reconhece a diversidade e a pluralidade étnica sem incluir formas de exclusão relacionadas ao gênero. Uriona Gamarra (2010) recorre à ideia de “deslocamento triplo”, sugerida por Tapia (2009), segundo a qual as instituições que organizam relações de poder e dominação de uma cultura sobre as outras devem se deslocar em três sentidos: descolonização, democracia e feminismo. Eixos que, segundo ela, foram inseridos pelas mulheres durante o processo constituinte. De fato, se prestarmos atenção na proposta construída pelas mulheres para a Assembleia Constituinte, estes três elementos já estão lá.

De acordo com Uriona Gamarra (2010) a descolonização e a despatriarcalização baseiam-se ambas na necessidade de transformação dos elementos que estabelecem o exercício do poder sobre a maioria da população por razões étnicas e de gênero. Neste sentido, o processo de reconfiguração do Estado boliviano deve resultar na inclusão feminina, na medida em que são questionadas as relações hierárquicas da ordem patriarcal (Uriona Gamarra, 2010, p. 36).

Outras aproximações feitas entre descolonização e despatriarcalização resgatam pontos ligados aos povos originários³¹. É o caso do documento produzido pelo

³¹ Aqui, vale levar em consideração que durante debates sobre descolonização houve oposição entre povos andinos e amazônicos. Por exemplo, para povos amazônicos que não têm algo correspondente ao *chachawarmi* ou *qhariwarmi* andinos, a incorporação desta visão em documentos e instituições do Estado é considerada colonizadora (Vega Ugalde, 2014).

*Viceministerio de Descolonización*³², no qual foi inaugurada uma Unidade de Despatriarcalização em 2010. Segundo consta neste documento a descolonização é o espírito (*ajayu*) e a despatriarcalização é a energia (*q'amasa*) do processo de transformação vivido pelo país. Este mesmo documento explica que a descolonização se trata da construção de políticas contra todas as formas de racismo, feita a partir das *identidades* indígenas; enquanto a despatriarcalização corresponde à construção de políticas públicas contra as relações sociais de domínio patriarcal, essa construção é feita a partir do *chachawarmi* como par político.

A partir daqui, encontramos as tensões e possibilidades implicadas na recuperação do conceito andino de *chachawarmi*, frequentemente mencionado pelas entrevistadas como fundamental na estratégia de aprovação da paridade. Embora tenha aparecido em oito entrevistas como uma forma de definição da paridade de gênero, apenas Segundina Flores, a única indígena entre estas oito, referiu-se ao *chachawarmi* como uma realidade sua, ou como um princípio real que deve ser concretizado. Entendo que as demais procuraram apenas explicar a sua utilização. Quanto às contradições do conceito, ele parece guardar paradoxos similares àqueles postulados por Rosa Cobo (2002) quando divide a paridade de gênero em argumentos de igualdade e diferença. Assim, olhando para as formas de definição do mesmo, é possível ir da igualdade de participação em todos os espaços, orientada para ampliar a igualdade, liberdade e autonomia das mulheres, à afirmação de diferenças fundamentais e à manutenção de hierarquias através da afirmação da natureza dual da humanidade.

Vale considerar aqui, para entender o tamanho do papel do *chachawarmi* dentro da perspectiva de descolonização, o princípio de *suma qamaña*. Incorporado no Art. 8 da Constituição, no qual afirma-se que o Estado assume e promove o *suma qamaña*, ele é definido como um estado de bem-estar e equidade entre as pessoas, a comunidade e a natureza, através de uma relação de profundo respeito (Choque Quispe, 2007), comumente traduzido como bem viver. O interessante é considerar o que aponta María Lugones (2010), que, ao investigar as relações entre *qamanã* e *utjaña* (ambos traduzido como viver), indica como só pode haver o bem viver, *suma qamaña*, se houver

³² CÁRDENAS, Felix *et al.* Despatriarcalización y Chachawarmi: avances y articulaciones posibles. La Paz: Ministerio de Culturas y Turismo; Vice ministerio de Descolonización, 2013.

chachawarmi. Segundo ela o *chachawarmi* é um dos elementos constitutivos, uma parte necessária para o bem viver (Lugones, 2010, p. 750).

Considerações Finais

Neste artigo, priorizei as mudanças institucionais e a articulação das agentes políticas que constituem o caminho para a paridade de gênero na Bolívia³³. Para isso, procurei explorar os componentes do cenário de transformação vivido no país que tem como expressão principal a Assembleia Constituinte, evidenciando como alguns dos atores fundamentais chegaram a este contexto. Embora não tenha sido possível reunir em um mesmo artigo transformações da conjuntura política boliviana que se estendem da década de 1990 até 2006, dinâmicas estabelecidas na Assembleia Constituinte, avanços institucionais da paridade de gênero e, ao mesmo tempo, as metamorfoses dos seus sentidos enquanto conceito, acredito que, de alguma forma, estes elementos acabam sendo encontrados aqui.

Isso porque, ao longo deste estudo, realizado doze anos após o início do processo constituinte e oito anos depois da lei do regime eleitoral, foi possível perceber que o significado da paridade de gênero como conceito está intimamente ligado aos momentos vividos pelo país. Neste sentido, dados obtidos por meio de entrevistas e de documentos produzidos na época, indicam que a paridade que vai se consolidando nos anos de expansão do horizonte democrático ganha um sentido de condição para a democracia e se constitui como forma de expansão da mesma, na medida em que é um dos passos para uma democracia paritária e intercultural. Neste mesmo período, a paridade também ganhou contornos andinos em um movimento fundamental de aproximação com *chachawarmi*, o que estava profundamente ligado à revalorização das simbologias originárias que caracterizam este mesmo contexto.

No entanto, as experiências das mulheres que chegaram à esfera política depois das leis de paridade, analisada em conjunto com a persistente ausência de mulheres nos

³³ Realizo uma discussão completa dos passos dados para a institucionalidade da paridade de gênero em conjunto com a transformação dos seus sentidos em: Winter, Ananda. **Dos Caminhos para a Paridade à Paridade como Caminho**: Inclusão Democrática, Chachawarmi e Despatriarcalização do Estado Plurinacional Boliviano. Orientador: Danusa Marques. 2019. 138 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/35155>. Acesso em: 24 set. 2019.

executivos e as experiências de violência política, conduzem a Bolívia a uma nova etapa de ressignificação da paridade. Surgem indagações referentes ao que as mulheres fazem, ou conseguem fazer, ao acederem aos espaços representativos e se a paridade numérica alcançada no legislativo é de fato substantiva. Ademais, contradições no interior de partidos políticos como o MAS-IPSP tornam-se evidentes, na medida em que crescem as denúncias de violência.

Estas questões foram apenas abertas por esta pesquisa e devem ser respondidas em um próximo trabalho. O que sim é possível verificar é que o que se entende por paridade de gênero na Bolívia tem sentidos móveis que refletem as novas experiências das mulheres nas disputas políticas e nos espaços de representação formal. Ademais, todo o caminho que percorri, aponta como os tensionamentos e ressignificações em torno da paridade de gênero produzem algo que não é o avesso das concepções liberais, nem o avesso do feminismo, mas que conjugam estes elementos com novas narrativas e perspectivas.

Referências

ALBAINE, Laura. Cuotas de Género y Ciudadanía Política en Bolivia. **Margen**, [S.l.], n. 55, p. 1-10, set. 2009. Disponível em: <<https://www.margen.org/suscri/margen55/albaine.pdf>>. Acesso em: 04 dez. 2018.

ALVAREZ, Sonia E. Advocating Feminism: The Latin American Feminist NGO 'Boom'. **International Feminist Journal of Politics**, [S.l.], v.1, n. 2, p. 181-209, 1999.

AILLÓN, Virginia. Debates en el feminismo boliviano: de la Convención de 1929 al "proceso de cambio". **Ciencia y Cultura**, [S.l.], v. 19, n. 34, p. 9-29, jun. 2015. Disponível em:<http://www.scielo.org.bo/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2077-33232015000100002>. Acesso em: 03 dez. 2018.

BURMAN, Anders. Chachawarmi: Silence and Rival Voices on Decolonization and Gender Politics in Andean Bolivia. **Journal of Latin American Studies**, v. 43, pp. 65-91, 2011.

CÁRDENAS, Felix *et al.* **Despatriarcalización y Chachawarmi: avances y articulaciones posibles**. La Paz: Ministerio de Culturas y Turismo; Vice ministerio de Descolonización, 2013.

CHOQUE QUISPE, María Eugenia. Principios para la construcción de una democracia cultural. In: ZAPATA, Claudia. **Intelectuales Indígenas Piensan la América Latina**. Quito: UASB-Ecuador, Ediciones Abya Yala, CECLA, Universidad de Chile, 2007.

COBO, Rosa. Democracia Paritaria y Sujeto Político Feminista. **Análes de la Cátedra Franciso Suárez**, v. 36, pp. 29 – 44, 2002.

COHEN, Joshua. FUNG, Archon. Democracia Radical. *Política e Sociedade*, v. 6, n. 11, pp. 221-237, 2007.

COORDINADORA DE LA MUJER; OBSERVATORIO DE GÉNERO. **Participación Política de las Mujeres en el Estado**. La Paz: Coordinadora de la Mujer, Instituto Internacional para la Democracia y la Asistencia Electoral (IDEA – Internacional), 2015.

COORDINADORA DE LA MUJER; FORO POLÍTICO DE MUJERES; AMUPEI, PLATAFORMA DE LA MUJER. **De la Propuesta al Mandato: una propuesta en construcción**. La Paz: [s. n.], 2006. Disponible em: <http://www.bivica.org/upload/protesta-construccion.pdf>. Acceso em: 1 fev. 2019.

CUNHA FILHO, Clayton Mendonça. Evo Morales e a Construção do Novo Bloco Histórico: entre o nacional-popular e o indigenismo. **Oikos**, v. 10, n. 2, Rio de Janeiro, 2011.

CUNHA FILHO, Clayton Mendonça. **Formação do Estado e Horizonte Plurinacional na Bolívia**. Curitiba: Appris, 2018.

DELGADO, Oscar. Regímenes Electorales en la América Latina, el Caribe y Europa Oriental. **Estud. Socio-Juríd**, Bogotá, v. 1, n. 1, p. 33-68, June 1999. Disponible em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S012405791999000100003&lng=en&nrm=iso>. access on 01 Feb. 2019.

DIAZ CARRASCO, Marianela Agar. De Empleada a Ministra: despatriarcalización en Bolivia. **Íconos Revista de Ciencias Sociales**, v. 45, pp. 75-89, 2013.

DIAZ CARRASCO, Marianela Agar. **Perfil de Género y de Paridad en las Organizaciones Políticas con Representación en la Asamblea Plurinacional de Bolivia**. La Paz: Órgano Electoral Plurinacional, 2017.

ESTADO PLURINACIONAL DE BOLIVIA. Ley nº 3364, de 06 de mar. de 2006. **Ley especial de convocatoria a la Asamblea Constituyente**. Congreso Nacional. Estado Plurinacional de Bolivia, mar. 2006. Disponible em: <<https://www.lexivox.org/norms/BO-L-3364.html>>. Acceso em: 19 jan. 2019.

FRANCO PINTO, Daniela. **Insurgencias Femeninas Hacia el Epicentro del Poder (siglos XX-XXI)**. La Paz; Vicepresidencia del Estado Plurinacional; Entidad de las Naciones Unidas para la Igualdad de Género y el Empoderamiento de las Mujeres, 2017.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemony and Socialist Strategy: Towards a Radical Democratic Politics**. New York, London: Verso, 1985.

LUGONES, María. Toward a Decolonial Feminism. **Hypatia**, v. 25, n. 4, 2010.

NORRIS, Pippa. Women's Representation. **Electoral Engineering: Voting Rules and Political Behavior**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

NOVILLO, Monica. **Paso a Paso. Así lo Hicimos.**: Avances y Desafíos en la Participación Política de las Mujeres. 1. ed. La Paz: Coordinadora de La Mujer - IDEA Institute For Democracy And Electoral Assistance, 2011. 114 p. v. 1.

ÓRGANO ELECTORAL PLURINACIONAL. **Atlas Electoral de Bolivia: Tomo I - Elecciones Generales de 1979-2009, Asamblea Constituyente de 2006**. La Paz: Proyecto de Fortalecimiento Democrático, PNUD, 2010. Disponible em: https://www.oep.org.bo/wp-content/uploads/2017/03/Atlas_Electoral_tomo-I_Cap_I-II.pdf. Acceso em: 5 fev. 2019.

PERREAULT, Thomas. From the Guerra del Agua to the Guerra del Gas: Resource Governance, Neoliberalism and Popular Protest in Bolivia. **Editorial Board of Antipode**, Oxford, 2006.

REGALSKY, Pablo. Political Process and the Reconfiguration of the State in Bolivia. **Latin American Perspectives**, v. 37, n. 3, mai. 2010.

REPÚBLICA DE BOLIVIA. Constitución Política del Estado Plurinacional de Bolivia (2009). **Constitución Política del Estado**. Asamblea Constituyente; Honorable Congreso Nacional. La Paz, 2009. 160 p. Disponible em: <http://www.ftierra.org/index.php/generales/14-constitucion-politica-del-estado>. Acceso em: 11 dez. 2018.

ROUSSEAU, Stéphanie. Indigenous and Feminist Movements at the Constituent Assembly in Bolivia: locating the representation of indigenous women. **Latin American Research Review**, v. 46, No. 2. 2011.

ROUSSEAU, Stéphanie. MORALES HUDON, Anahí. **Indigenous Women Movements in Latin America: gender and ethnicity in Peru, Mexico, and Bolivia**. New York, Palgrave Macmillan, 2017.

SÁNCHEZ, María del Carmen; URIONA GAMARRA, Katia. **De Tejidos y Entramados desde la Diversidad: sistematización de experiencias colectivas de las mujeres en el Proceso Constituyente, Post Constituyente y Autónomo**. Coordinadora de la Mujer: La Paz, 2014.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. **Refundación del Estado en América Latina: Perspectivas desde una epistemología del Sur**. Instituto Internacional de Derecho y Sociedad, Programa Democracia y Transformación Global: Lima, 2010.

TAPIA, Luis. **La Coyuntura de la Autonomía del Estado**. La Paz: Comuna, 2009.

URIONA GAMARRA, Katia. Desafíos de la despatriarcalización en el proceso político boliviano. **T'inkazos**, n. 28, pp. 33-49, 2010.

VAN COTT, Donna Lee. **Radical Democracy in the Andes**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

VEGA UGALDE, Silvia. El orden de género en el sumak kawsay y el suma qamaña: un vistazo a los debates actuales en Bolivia y Ecuador. *Íconos Revista de Ciencias Sociales*, n. 48, pp. 73-91, 2014.

YASHAR, Deborah J. **Contesting Citizenship in Latin America: the rise of indigenous movements and the postliberal challenge**. New York: Cambridge University Press, 2005.

ZABALA CANEDO, María Lourdes. **Mujeres Cuotas y Ciudadanía en Bolivia**. Coordinadora de la Mujer, 1998.